

Prezados,
Boa tarde!

Segue abaixo algumas perguntas feitas e respondidas aos licitantes que podem ser de grande utilidade para o novo **Pregão eletrônico nº 90.418/2025**.

1) O item 16 do edital prevê a obrigação da contratada de apresentar, juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos. Contudo, a presente licitação tem por objeto a contratação de seguro compreensivo empresarial, no qual a seguradora garante o ressarcimento de danos em caso de ocorrência dos riscos previstos na apólice. Não se trata, portanto, de efetiva prestação “serviços”, tal como obras de engenharia ou cessão de mão de obra, e assim, não haverá funcionários alocados exclusivamente para a execução do respectivo contrato de seguro. Por tal razão, entendemos que a obrigação de apresentar comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS é inaplicável à seguradora que se sagrar vencedora do presente certame, devendo ser desconsiderada. Está correto este entendimento? **RESPOSTA:** Como utilizamos editais padrões criados pela Prefeitura do RJ, em alguns casos há exigências que muitas vezes não se aplicam ao objeto em questão. Nesse caso será exigido Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF – FGTS, conforme subitens C.5 e D.2 do item 13 (HABILITAÇÃO).

2) Caso a resposta ao questionamento anterior seja negativa, estamos considerando que, para atender a exigência prevista no item 16, basta que a contratada apresente as certidões negativas de débito do FGTS e da Receita Federal exigidas no item 13, “C.3.a” e “c.5” do edital, já que seria inviável uma empresa com quase 2.000 funcionários apresentar os comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS de todos os seus funcionários. Este entendimento está correto? **RESPOSTA:** Responsável conforme acima.

3) O item 20.2, “b” do edital prevê a aplicação de multa de 1% por dia, sem limite de sua incidência. Tendo-se em vista a necessidade de se estipular um limite para aplicação desta multa diária, tal como nos incisos anteriores, sob pena de inviabilizar a execução do contrato, uma vez que esta pena pode ultrapassar até mesmo o valor da contratação, entendemos que a multa diária poderá incidir até que atinja os 20% previstos na alínea “c” do mesmo item, o qual trata do descumprimento total da obrigação. Este entendimento está correto? Em caso negativo, solicitamos que seja estabelecido um percentual limite de incidência sobre o valor total do contrato (valor do prêmio) ou o limite de dias em que poderá incidir. **RESPOSTA:** As sanções elencadas no item 20.2 do edital estão respaldadas pela Leis mencionadas, tendo em vista que somos obrigados a seguir essa legislação e somos auditados pelo Tribunal de Contas do Município do RJ – TCMRJ.

4) Além disso, verificamos que o item 20.2 estabelece que a multa será calculada sobre o valor do contrato “ou do saldo não atendido do contrato”. Tendo-se em vista que a presente contratação não envolve o fornecimento de mercadorias, estamos considerando que o trecho “ou do saldo não atendido do contrato” é inaplicável ao presente certame, devendo ser desconsiderado. Este entendimento está correto? **REPOSTA:** Sim.

5) Dentre as coberturas indicadas no Termo de Referência, consta cobertura para “Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça” (item 6.4.3), bem como cobertura para

“Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves” (item 6.4.6). No nosso *layout* de coberturas e na maioria do mercado segurador, tais riscos estão abrangidos pela mesma cobertura adicional, qual seja, a de “Vendaval até Fumaça”, a qual garante a indenização por perdas e danos materiais diretamente causados aos bens segurados exclusivamente por vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronave ou quaisquer outros engenhos aéreos, impacto de veículos terrestres (mesmo que não disponha de tração própria) e fumaça. Por se tratar de um mero detalhe de *layout* de coberturas, sem qualquer prejuízo às coberturas pretendidas, entendemos que a unificação das coberturas descritas nos itens 6.4.3 e 6.4.6 do Termo de Referência atende plenamente a exigência das coberturas exigidas para os riscos de “Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça” e “Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves”. O órgão está ciente e de acordo com esta unificação destas coberturas? **RESPOSTA: Sim, contanto que o seguro cubra esses riscos a diferença de layout não importa.**

6) Os itens 10 e 14 do Termo de Referência preveem o prazo de até 30 dias para pagamento das indenizações, a ser computado a partir da entrega da documentação básica. Esclarecemos que conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 621/21, no caso de solicitação de documentação complementar, o prazo de 30 dias será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente à entrega dos documentos complementares. O órgão está ciente e de acordo? **RESPOSTA: Sim.**

7) O item 12 do Termo de Referência estabelece que o prazo de vigência da apólice será de 12 meses a contar da data de sua emissão. Ocorre que, conforme disposto no Decreto nº 60.459/67, a seguradora contratada terá o prazo de até 15 dias para emitir a apólice. Ou seja, a data da emissão da apólice não será a mesma data que a do seu início da vigência. **RESPOSTA: Em relação ao início da cobertura, precisamos que o vencedor da licitação, formalize o início do seguro. Entendemos que a confecção da apólice demora alguns dias.**

8) Caso a resposta ao questionamento anterior seja negativa, devemos considerar a vigência da apólice terá início no primeiro dia útil subsequente à data da entrega da nota de empenho? **RESPOSTA: Sim, acompanhado de confirmação formal que o seguro foi firmado.**

9) O item 7.1 do edital estabelece que o Contrato vigorará a partir da data da publicação do instrumento correspondente no site PNCP e vigorará por 12 meses. Ocorre que não consta no instrumento convocatório em análise a minuta do contrato a ser firmado entre a PREVI-RIO e a seguradora que se sagrar vencedora do presente certame. Qual será o instrumento que formalizará a relação entre a PREVI-RIO e a seguradora a ser contratada? A respectiva minuta será previamente disponibilizada aos interessados? **RESPOSTA: No caso de seguro, a própria apólice será o contrato.**

10) Caso a resposta ao questionamento anterior seja a de que não será formalizado contrato, bastando a emissão da apólice, estamos considerando que a vigência da contratação será a mesma do período de vigência da apólice, e não a partir da sua assinatura como constou no item 7.1 do edital. Este entendimento está correto? **RESPOSTA: Sim.**

11) O item 20 do Termo de Referência estabelece que “as Sanções administrativas serão aplicadas conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021”. Tendo-se em vista que o art. 156, da referida lei prevê que a multa será aplicada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, estamos considerando que as sanções administrativas serão aplicadas conforme o disposto no item 20.2 do edital. Este entendimento está correto? **RESPOSTA: Sim.**

12) O item 14 do Termo de Referência exige a apresentação, pela contratada, de “comprovante de que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros ou no ramo de corretagem de seguros pertinente ao objeto do certame. Tendo-se em vista que o objeto do presente certame é a contratação de seguro, e que a garantia securitária somente poderá ser prestada por seguradoras, estamos considerando que somente poderão figurar como contratadas as seguradoras, e não corretoras de seguros. Este entendimento está correto? **RESPOSTA: Somente seguradoras poderão participar do certame licitatório.**

13) Quanto a cobertura de vendaval, solicitamos informar se existem bens ao ar livre (moinhos, hangares, toldos, marquises, letreiros, anúncios luminosos, painéis, cercas, motores estacionários, geradores e transformadores, etc) ou a cobertura deve abranger apenas o prédio e seu conteúdo? Caso existam bens ao ar livre, favor informar o valor a ser considerado para esta cobertura. **RESPOSTA: Não possuímos bens ao ar livre.**

14) Quanto a cobertura de fumaça, entendemos que esta se refere aos danos causados pela fumaça oriunda do próprio local a ser segurado pela apólice. Está correto o entendimento? **RESPOSTA: Sim.**

15) Os imóveis a serem segurados se encontram atualmente ou serão submetidos dentro do prazo de vigência da apólice a algum tipo de obra ou reforma? Em caso positivo, em que consiste a obra/reforma e qual o prazo para a sua conclusão? **RESPOSTA: Alguns imóveis sofrerão manutenções em virtude do desgaste e ação do tempo.**

16) Solicitamos a gentileza de nos informar se existem bens em desuso ou inservíveis. Caso existam, entendemos que a cobertura é somente para o prédio, uma vez que está fora das coberturas de 99% do mercado segurador, bens em desuso e inservíveis. Está correto o entendimento? **RESPOSTA: Não possuímos bens em desuso.**

17) Os imóveis a serem segurados são próprios ou locados? Caso sejam locados, solicitamos a gentileza de informar quem deverá ser o beneficiário da indenização em caso de sinistro. **RESPOSTA: Todos os imóveis são próprios.**

18) Solicitamos a gentileza de nos informar se existem locais desocupados ou vazios e, em caso positivo, favor indicar o(s) seu(s) endereço(s). **RESPOSTA: Não possuímos espaços desocupados ou vazios.**

19) Entendemos que a cobertura de tumulto objeto deste certame deverá compreender atos não dolosos. Está correto nosso entendimento? **RESPOSTA: Sim, compreende atos não dolosos.**

20) Solicitamos a gentileza de nos informar a quais as atividades desenvolvidas nos locais a serem segurados. **RESPOSTA: Anexo I (serviços administrativos de escritório), Anexo II (serviços administrativos de escritório), CRECHE (atividade escolar) e CLUBE (atividades esportivas e recreativas).**

21) A cobertura de Responsabilidade Civil possui várias ramificações personalizadas para cada seguimento. Por exemplo, existe:

- RC Hotéis e Pousadas (para Hotéis);
- RC Operações (o mais comum, utilizado para resguardar o Segurado de quantias pelas quais vier a ser civilmente responsabilizado e condenado a pagar, relativas a reclamações por danos corporais e/ou materiais cobertos e indenizáveis pela apólice involuntariamente causados a terceiros decorrentes da atividade do Segurado em execução no local segurado);

- RC Concessionárias (para Concessionárias); etc.

Entendemos que o correto e mais adequado para vossa Administração seria o RC Operações. O entendimento está correto? **RESPOSTA: Sim, RC Operações da entidade.**

22) Solicitamos a gentileza de nos informar se as declarações exigidas poderão ser assinadas de forma eletrônica pelas licitantes, por certificado digital emitido pelo ICP-Brasil nos termos da Medida Provisória nº 2200/01. **RESPOSTA: As declarações poderão ser assinadas com certificado digital emitido pelo ICP-BRASIL contanto que possam ter sua veracidade confirmadas pela internet (Qr-code, site validador, etc).**

23) Solicitamos a gentileza de nos informar se o órgão possui ferramenta para assinatura de contrato por certificado digital e, em caso positivo, se a assinatura do contrato poderá ser feita de forma eletrônica. **RESPOSTA: Sim, possuímos formas de assinar eletronicamente (Certificação ICP-Brasil)**

24) Caso a resposta ao questionamento anterior seja negativa, solicitamos a gentileza de nos informar se é possível que o contrato seja inicialmente enviado com as assinaturas do vencedor do certame por certificado digital (para efeito de validade legal do contrato) e, posteriormente, encaminhadas as vias físicas originais assinadas presencialmente. **RESPOSTA: Sim, poderá ser feita desta forma.**

25) O item 18.4 do edital trata do desconto de juros em caso de pagamento antecipado. Tendo-se em vista que o prêmio do seguro é calculado sobre os riscos a serem assumidos, e que o pagamento será efetivado em parcela única, e não de forma parcelada, estamos considerando que o desconto previsto no item 18.4 não é aplicável ao presente certame, devendo ser desconsiderado. Este entendimento está correto? **RESPOSTA: No caso do seguro, o prêmio será pago à vista pelo Previ-rio. Não haverá parcelamento ou parcelas a vencer.**

26) Existe interligação entre os blocos 01 e 02 da R. Afonso Cavalcanti, 455 ? **RESPOSTA: Não. Os blocos se encontram no mesmo terreno mas não são interligados. São blocos independentes.**

27) Qual a idade dos imóveis? **RESPOSTA: Bloco 1 aprox. 40 anos e Bloco 2 aprox. 30 anos.**

28) Existe Imóvel tombado pelo patrimônio histórico? **RESPOSTA: Não há imóveis tombados.**

29) Qual o histórico de sinistralidade dos últimos 5 anos? **RESPOSTA: Em Jun/2023 tivemos um princípio de incêndio mas o mesmo foi rapidamente controlado pela Brigada de incêndio (empresa contratada). As equipes de brigadistas de bombeiros civis ficam alocados 24hs no complexo do CASS de forma a atuarem de imediato em qualquer emergência. Todo o sistema de incêndio foi reformado e finalizado no primeiro semestre de 2025.**

30) Quando foi a última licitação? **RESPOSTA: 2021.**

31) São isento de IOF? **Resposta: Sim**

